

Tribunais militares em julgamento

Tribunal Penal Internacional para julgar terror é defendido mas enfrenta resistências

Renato Galeno

A decisão do governo americano de criar tribunais militares para julgar e punir integrantes de organizações terroristas como a al-Qaeda provocou críticas em todo o mundo e trouxe de volta a discussão sobre a necessidade de criação de um Tribunal Penal Internacional (TPI) para julgar crimes contra a Humanidade. Analistas e juristas têm afirmado que o TPI seria a melhor alternativa aos pouco democráticos tribunais militares autorizados por George W. Bush, em que integrantes das Forças Armadas americanas serão os acusadores e os juízes e provas e depoimentos não serão de domínio público.

Apesar de existir um estatuto reconhecido pela ONU para a criação de um TPI permanente, ele ainda não está em vigor por não ter sido ratificado por um número suficiente de países. Os Estados Unidos, assim como o Brasil, assinaram o documento (ao lado de outros 137 países), mas não o ratificaram.

— Para o Tribunal Penal Internacional ser criado, 60 países precisam ratificá-lo. No momento, há apenas 46 — afirmou ao GLOBO, por telefone, o professor de direito internacional Sean Murphy, da George Washington University Law School.

Definição de terrorismo complica criação de TPI

- Mas mesmo se a criação do TPI saísse do papel, esbarraria em outro problema: não há uma definição abrangente e reconhecida internacionalmente sobre o que é terrorismo.

— Não há uma única definição de terrorismo aceita — explica Robert Goldman, professor de lei internacional da Washington College of Law e co-diretor do Centro de Direitos Humanos e Direito Humanitário. — O que há são tratados específicos. A ONU tem tratados que definem certos atos como formas de terrorismo. Há um tratado que proíbe o uso de reféns, outro que proíbe o ataque e a destruição de um avião civil. Mas tentativas recentes de se chegar a uma definição abrangente sobre o crime de terrorismo, feitas nas últimas três semanas, falharam.

As dificuldades para se definir um crime como o terrorismo com precisão, lembra Goldman, es-



barram, entre outras coisas, nas diversas interpretações legais que ele suscita:

— Diferenciar terrorismo de crime normal é, legalmente, muito difícil. No Peru, Alberto Fujimori fez leis que o tribunal da Organização dos Estados Americanos considerou amplas demais. Mas dá para concordar com fatos mais específicos, como o uso de reféns. Você pode definir facilmente o que é a utilização de um refém.

Outro grande problema para a criação do TPI, para Goldman, é o ambiente político. Nem todos os países concordam sobre a condenação de algumas formas de atividade militante.

— Os países árabes não querem que grupos como o Hamas e a Jihad Islâmica sejam considerados terroristas pois, para eles, estas or-

ganizações estão engajadas num esforço de libertação. E dizem que o que os grupos fazem está dentro da lei — afirma ele.

Por outro lado, mesmo que existisse um TPI permanente, dificilmente os EUA permitiriam que líderes da al-Qaeda fossem julgados fora de um tribunal militar. Até porque ainda há a possibilidade de se criar mais um tribunal específico, como aconteceu com a ex-Iugoslávia e Ruanda.

— Os EUA não vão apoiar um TPI. Provas seriam expostas e poderiam comprometer informantes e prejudicar sistemas de segurança. Certo ou errado, os EUA vão se reservar o direito de usar tribunais militares — diz Goldman.

— Mesmo que houvesse um tribunal interna-

cional, duvido seriamente que os EUA iriam reconhecer sua jurisdição.

O direito internacional permite o uso do tribunal militar. Mas há normas.

— Tribunais militares são aceitos pelo direito internacional mas devem respeitar certos procedimentos legais requeridos pela Declaração Internacional de Direitos Civis e Políticos — explica o professor de direito internacional Ved Nanda, da University of Denver College of Law.

Mas a postura americana já começa a provocar atritos com outros governos. Esta semana, o governo espanhol afirmou que não irá extraditar oito suspeitos de terrorismo para os EUA se houver a possibilidade de eles serem julgados por tribunais militares.

Claudio Duarte